



# **CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ**

Estado do Paraná

## **Parecer Procuradoria Geral nº 18/2025**

**Interessados:** Presidente da Câmara Ilson Donizete Gagliano

**Assunto:** Análise do Projeto de Lei de autoria do Executivo - PLE nº 88/2025

**Súmula:** Revoga os §§ 2º, 3º e 4º do art. 1º da Lei Municipal nº 2.993, de 22 de maio de 2017, que autoriza o Executivo Municipal a conceder cesta básica aos servidores da Prefeitura do Município de Ivaiporã/PR.

### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de consulta formulada pelo Presidente da Câmara Ilson Donizete Gagliano de Ivaiporã se há previsão expressa sobre os impedimentos e ausências de vereadores nas comissões.

O Projeto de Lei nº 88/2025 de autoria do Poder Executivo Municipal, que visa revogar os §§ 2º, 3º e 4º do art. 1º da Lei Municipal nº 2.993/2017, mantendo de forma exclusiva a concessão de cesta básica aos servidores municipais.

A medida tem por finalidade corrigir falhas detectadas na execução do benefício por meio de cartão vale-alimentação, cuja empresa contratada descumpriu obrigações contratuais, gerando prejuízos a servidores e comerciantes locais. A proposta, portanto, busca garantir maior segurança, transparência e regularidade na concessão do benefício de natureza assistencial.

O projeto foi protocolado sob nº 022493/2025 em 10/10/2025, acompanhado da respectiva mensagem de justificativa da Prefeita em exercício.

Encerrada a fase expositiva, passa-se à análise jurídica.

### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

#### **a. Preliminarmente**

Inicialmente, ressalta-se que o presente parecer jurídico tem por objetivo uma análise técnica de suas disposições, ou seja, se elas respeitam as exigências constitucionais, legais e da melhor jurisprudência.

Convém ressaltar que a manifestação desta Procuradoria Jurídica, autorizada por norma municipal, é meramente opinativa, e serve apenas como norte, em caso de concordância, para orientar os procedimentos a serem adotados pelos membros da Casa Legislativa, igualmente, os respectivos votos dos Nobres Edis, não havendo substituição



# **CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ**

Estado do Paraná

e obrigatoriedade em sua aceitação e, portanto, não atentando contra a soberania popular, esta representada pela manifestação dos vereadores.

Cumpra esclarecer que a análise do presente projeto de lei versa sobre os aspectos jurídicos e sua conformação com a Constituição Federal de 1988 e as demais normas infraconstitucionais correlatas a matéria.

## **III - REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES**

### **a. Impedimento para votar nas Comissões**

O Art. 86 do Regimento Interno dispõe que é vedado ao vereador integrante de comissão permanente:

- I - presidir reunião de comissão quando se debater ou votar matéria da qual seja autor ou relator;
- II - relatar proposição de sua autoria;
- III - presidir mais de duas comissões permanentes.

Ainda que o artigo não trate explicitamente do impedimento por interesse particular, aplica-se, por analogia, o Art. 197, §3º, que regula a votação no plenário e estabelece:

Estará impedido de votar o Vereador que tiver sobre a matéria interesse particular seu, de seu cônjuge, de parente até o terceiro grau, consanguíneo ou afim.

Portanto, o princípio da imparcialidade e moralidade também se estende às votações realizadas nas comissões, pois nelas se exercem atos preparatórios e opinativos de natureza legislativa. Assim, o vereador com interesse direto na matéria deve se declarar impedido e não participar da deliberação.

### **b. Substituição do Vereador Impedido**

O Art. 87, §1º do Regimento Interno prevê o procedimento aplicável quando há impedimento de membro da comissão:

Se o trabalho da Comissão for prejudicado pelo não comparecimento de qualquer membro, **o Presidente da Câmara, para compor o quórum necessário à efetivação da reunião, designará substituto para o Vereador faltoso ou impedido.**

Logo, caso um vereador seja impedido por interesse particular, o Presidente da Câmara poderá designar um substituto temporário, garantindo o quórum mínimo e a continuidade dos trabalhos da comissão.



# **CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ**

Estado do Paraná

## **c. Procedimento em Caso de Falta de Quórum**

As comissões só podem deliberar com maioria absoluta de seus membros (Art. 71, §1º). Assim, se houver impedimento de um membro e não for feita substituição, a reunião não poderá deliberar validamente. O correto é solicitar que o Presidente da Câmara faça a designação do substituto, conforme previsto no art. 87, §1º.

## **IV- CONCLUSÃO**

Diante das disposições regimentais, conclui-se que:

1. O vereador que possua interesse particular na matéria (como servidor afetado diretamente por norma discutida) está impedido de votar tanto em plenário quanto na comissão.
2. Por analogia o impedimento se estende à atuação na comissão, pois o parecer é parte integrante do processo legislativo.
3. **O Presidente da Câmara deve designar substituto temporário** para assegurar o quórum e a regular tramitação da matéria.
4. Caso a substituição não seja feita, a comissão não poderá deliberar validamente sobre o projeto.

Essas regras preservam os princípios da moralidade administrativa, impessoalidade e legalidade, que devem nortear toda a atuação parlamentar.

É o parecer, **salvo melhor juízo**.

Ivaiporã, 29 de outubro de 2025.

Denise Kusminski da Silva  
**Procuradora Geral**  
**OAB/PR 128.323**